

O besteirol eleitoral

- 2 NOV 1984

JOSÉ PIO MARTINS

ESTADO DE SÃO PAULO

"Não é proibido iludir o povo. É apenas cruel" (Roberto Campos)

A campanha presidencial me faz lembrar uma reportagem de TV, um ou dois anos atrás, em que um homem entrara numa caverna no início da II Guerra Mundial e, em 1984, de lá saía, assustado, perguntando se a guerra havia acabado. Não foi explicado como ele conseguiu sobreviver tanto tempo. A verdade é que o ancião havia parado no tempo.

O longo jejum eleitoral, 29 anos desde a última eleição para presidente da República, teve sobre parte da elite política o mesmo efeito que a caverna exerceu sobre o homem da reportagem. Ou seja, fê-la estacionar no tempo, quiçá regredir. Podemos assinalar raras e honrosas exceções.

Três teorias fartamente difundidas nesta campanha justificam essa corrida rumo ao passado:

- a) A teoria conspiratória.
- b) A teoria da impagabilidade da dívida externa.
- c) A estatolatria, ou seja, o amor mórbido às práticas estatizantes e intervencionistas.

A teoria conspiratória é espositada por Leonel Brizola (PDT), por Lula (PT) e pelo micro-candidato Celso Brandt (PMN). Eles acreditam que exista um certo imperialismo internacional interessado em subjugar o Brasil como colônia, mantendo o País em eterno subdesenvolvimento. Paremos de bobagem! O Brasil responde por menos de 3% do comércio mundial. O paraíso do capital estrangeiro hoje é a Califórnia, o Norte da Europa e, mais recente, alguns países do bloco comunista. A hiperinflação, a legislação anticapital externo, a instabilidade política e as reservas de mercado afugentaram o capital estrangeiro do Brasil.

Somente uma empresa japonesa está investindo nos EUA US\$ 20 bilhões, quase o dobro dos juros de um ano da dívida externa brasileira. Cinco grupos japone-

ses, sozinhos, possuem caixa capaz de pagar toda a nossa dívida, de US\$ 120 bilhões. O Brasil está isolado do mundo. Nenhum país sério se preocupa conosco ou está interessado em nos espoliar. Somos considerado um País de segunda classe. Só o Estado da Califórnia produz mais alimentos que o Brasil. E alguns dizem que somos o celeiro do mundo. Santa ignorância!

A teoria da impagabilidade da dívida externa encanta quase todos os candidatos.

Certamente concluíram que isso dá votos. O Brasil deve US\$ 120 bilhões, produz 320 bilhões ao ano, exporta 35 bilhões e importa 15. Só de juros tem de remeter 14 bilhões/ano, perto de 5% da nossa produção anual. O problema é que o País fez uma dívida e, de repente, resolveu se isolar do mundo. Conclusão: cessou a entrada de capital estrangeiro, a produção por habitante está estagnada há oito anos e nossa participação no comércio mundial é insignificante. Ora, assim, qualquer dívida é impagável.

Mas não foi a dívida que se tornou impagável: foi a nossa política econômica que nos levou a perdermos a capacidade de pagá-la. Tivesse o Brasil se integrado ao mundo, tivéssemos logrado estabilidade interna, tivéssemos banido a legislação xenófoba e as reservas de mercado e, certamente, o produto anual brasileiro seria maior e o fluxo de comércio exterior faria da dívida uma aliada do nosso desenvolvimento, não uma inimiga. A dívida externa é uma opção circunstancial. Num conjunto de políticas, ela pode ajudar. Isolada, pode ser um desastre.

É curioso que os candidatos reneguem a dívida e os prefeitos dos seus partidos corram atrás de empréstimos externos, como a prefeita do PT de São Paulo, o prefeito do PT de Porto Alegre, o prefeito do PDT do Rio, etc...

Somos considerados um país de segunda classe

A estatolatria é professada pelo PDT, pelo PT pelo PFL e mesmo pelo PMDB. Este problema é tratado de forma totalmente emocional. No programa do horário eleitoral gratuito do dia 21 de outubro, Lula dizia não ser possível privatizar a Usiminas, porque muitos operários morreram em acidentes na sua construção. Querem criar um País no qual o cidadão seja um apêndice do Estado. Não percebem que, se o governo vender parte dessas estatais, poderá obter alguns bilhões de dólares para os programas sociais que eles tanto defendem. E há outras boas razões para um programa de privatizações.

Primeiro, a especulação financeira no Brasil, tão combatida. São US\$ 60 bilhões que o governo deve à sociedade pela venda de títulos públicos. Se, de repente, todos os que têm dinheiro no open (especulando) resolvessem aplicar na produção, como querem os candidatos, o governo quebraria. Pois bem, estima-se que, a longo prazo, seria possível obter US\$ 40 bilhões com o programa de privatização. Seria uma ótima e saudável maneira de reduzir a dívida pública, acabar com a especulação, reduzir a taxa de juros e estimular a produção.

Segundo, o governo poderia pagar desapropriações de terras para a reforma agrária com ações de estatais lucrativas, sem perder o controle delas.

Ninguém propõe discutir qual deve ser o papel do Estado numa economia moderna, tecnologicamente evoluída e politicamente inserida no mundo civilizado. Não se discute, também, se o caminho da erradicação da miséria passa pela eliminação da teoria conspiratória, pelo fim da estatolatria e pela integração com capitais e tecnologia externas. Ou se passa pelo aprofundamento deste modelo pré-capitalista, estatizante, intervencionista e xenófobo.

□ José Pio Martins é economista e diretor-geral da Secretaria da Fazenda do Paraná.